

## TECNOLOGIAS E POLÍTICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: EDUCAÇÃO DIGITAL PARA INCLUSÃO SOCIAL

Nadja da Nóbrega Rodrigues (1); Mércia Rejane Rangel Batista (2)

(1) *Unidade Acadêmica de Informática – Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – João Pessoa – PB – Brasil.*  
*nadja.rodrigues@ifpb.edu.br*

(2) *Unidade Acadêmica de Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Campina Grande, PB – Brasil.* *mercia.batista1@gmail.com*

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de uma tese que interpreta as relações entre a Inclusão Digital (ID) e a promoção da cidadania e da inclusão social, em diversos contextos educacionais, através de processos que vão desde a alfabetização digital até a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para usos contextualizados, em espaços sociais representados por escolas ou centros públicos para uso de TIC. A tese interpreta o desenvolvimento do conceito de ID, ao longo dos anos que vão de 2007 a 2017, através do acompanhamento das ações dos governos federal, estadual e municipal, a partir da política pública de ID, e de experiências vivenciadas em ensino, pesquisa e extensão, e que relacionam TIC e ID, em um estudo de caso interinstitucional que envolve o IFPB e alguns parceiros, escolas, comunidades e grupos sociais. Os resultados sugerem que governos e IFPB têm como base valores e ações que tentam se alinhar aos pressupostos da cibercultura, favorecendo a cidadania e a inclusão social, embora existam exceções e problemas que precisam de atenção, em busca de um maior refinamento para esses processos. A efetividade da educação digital, com vias à promoção da cidadania e à inclusão social, sugere a necessidade de sentido para uso das TIC, atenção e respeito a contextos próprios, qualificação cidadã, parcerias a partir de relações horizontais entre governos, instituições em geral, sociedade civil e comunidades, protagonismo dessas comunidades nos ciclos das ações propostas, e a garantia do provimento de bens públicos pelo Estado.

**Palavras-chave:** Tecnologias de Informação e Comunicação, Inclusão Digital, Educação, Políticas Públicas.

### INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas trazem, como característica evidente, a relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e processos humanos, relação esta que permeia rotinas diárias, pessoais ou profissionais, individuais ou coletivas, e dá origem a um processo que altera o que se entende por política, arte, economia e cultura (Martino, 2015). Os modelos em rede e essas tecnologias trazem novos desafios à vida em sociedade, aos conceitos de cidadania e inclusão. Entretanto, enquanto algumas sociedades refletem sobre os direitos na internet, outras não conseguem garantir sequer os direitos humanos básicos.

A Inclusão Digital (ID) visa o planejamento e a execução de ações com o objetivo de permitir a participação de todos na sociedade da informação (Rodrigues et al, 2011), envolvendo diversos atores sociais, sobretudo governos, na elaboração de políticas e programas de ID. No Brasil, o discurso sobre a ID evidencia a cidadania e a inclusão social, gerando expectativas em torno das transformações potencialmente trazidas pelas tecnologias,

aos incluídos digitalmente e às relações entre os atores em toda a sociedade, tornando necessárias reflexões sobre a relação entre ideologias e estratégias objetivas envolvidas nos processos que conectam TIC e grupos sociais.

Análises sociopolíticas da história do Brasil sugerem que o passado de desigualdades e de negligência com diversos grupos levou a problemas de desintegração e exclusão. No Século XXI, a “exclusão digital” pode ser vista como uma das formas de “atualização” desses problemas, dando continuidade à negação de direitos e da cidadania. “São milhões de brasileiros que nunca utilizaram a internet ou mesmo um computador, e assim permanecem afastados de novas oportunidades de trabalho, novos conteúdos culturais, bem como de novas formas de exercer a cidadania” (BRASIL, 2015, p. 15).

As reivindicações do “acesso para todos” significam que a participação nesse espaço assinala um direito, um “imperativo moral”, entretanto, a universalidade depende de questões políticas e técnicas, e de qualificação para ação social. “A área ‘Coberta’ por qualquer rede é ‘universal’, mas apenas onde existem suficientes antenas, relés, repetidores, e assim por diante” (LATOUR, 2011, tradução nossa), e o conhecimento necessário para utilizá-la de forma eficaz, de acordo com visões de mundo próprias. A fenda entre incluídos e excluídos considera acesso e manuseio de TIC, aspectos cognitivos de uso dessas tecnologias, conhecimento sobre como se apropriar delas, um conjunto de aspectos subjetivos, que colocam as TIC em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, no esforço de repensar modelos que relacionem os atores sociais em modelos mais viáveis para vida em coletividades (Rodrigues; Batista, 2017a).

Em uma sociedade com polos sociais, o processo de ID é complexo e se torna mais efetivo quando envolve os interessados, sociedade civil, mercado e Estado, no ciclo das ações (planejamento, execução, monitoramento e controle, retroalimentação), permitindo a colaboração entre agentes (que detêm conhecimento sobre o território, ou expertise técnica ou social, ou poder de decisão e aparato institucional para ações). Essa colaboração não isenta a responsabilidade do Estado diante do problema da exclusão, porém traz novos atores ao protagonismo de ações e políticas, e potencializa vários fatores de sucesso (Rodrigues, Batista; 2017b). No campo da ID, a política pública e ações institucionais em geral adotam três eixos fundamentais: a garantia de acesso às TIC, o desenvolvimento de conteúdos de interesse público e a capacitação em TIC para ação. Entretanto, ações nesses eixos devem ser combinadas com programas educacionais que qualifiquem além das habilidades técnicas, chegando ao sentido da cidadania e da inclusão no mundo virtual, ao saber “o que fazer” e “como fazer” em termos cívicos.

Nesse contexto, alguns conceitos constroem a relação entre sociedade e TIC em uma perspectiva humanista: Lévy (1999) define o ciberespaço como o meio de comunicação aberto que surge da interconexão dos computadores, especificando a infraestrutura material da comunicação digital, mas também as informações que ela abriga e os seres humanos que navegam e alimentam esse universo; a cibercultura, por sua vez, é o conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço, relacionando recursos materiais e simbólicos em novos paradigmas sociais, potencializando mudanças estruturais e culturais. Pensando a cidadania e a inclusão em relação a esses conceitos, a partir das TIC, diversos processos sociais passam a ser desenvolvidos em configurações que mesclam o mundo físico e o virtual e, assim, a exclusão digital potencializa a exclusão social.

Giddens (1991) já chamava a atenção para mudanças que acompanhavam a implantação das TDIC. Segundo Lévy (1999), o ciberespaço tornar-se-ia o principal laço de comunicação, de transações econômicas, de aprendizagem e de diversão das sociedades humanas. Essa nova configuração de sociedade requer mudanças em áreas e ciências.

Segundo Castells (2000), escolas e universidades seriam as instituições menos afetadas pela lógica virtual, pois apesar da previsão de uso quase universal de computadores nas salas de aula, essas instituições não desapareceriam no espaço virtual, devido às suas funções estruturais e particularidades de funcionamento: diversos aspectos educacionais ainda estariam associados à interação pessoal; escolas de ensino fundamental e médio, além das funções educacionais, ainda seriam centros de atendimento e/ou repositório de crianças; no caso de universidades, embora a Educação à Distância (EAD) fosse uma estratégia a ser combinada com a presencial, ela não eliminaria ou superaria as atividades presenciais. Lévy (1999) reflete sobre a relação entre educação e cibercultura, ressaltando a renovação dos saberes: a nova natureza do trabalho e da vida requer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimento; o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam e modificam numerosas funções cognitivas humanas, favorecendo novas formas de acesso à informação, estilos de raciocínio e de conhecimento; através dos documentos digitais, as produções podem ser compartilhadas, aumentando o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos.

Este cenário muda profundamente a educação e a formação, e requer novos modelos de espaço dos conhecimentos, emergentes, abertos, contínuos e em fluxo, de acordo com objetivos ou contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular. Em outras palavras, embora a teoria e a prática em ID sejam orientadas por um discurso que relaciona às TIC à

ideia de inclusão, e a ausência de seus aparatos materiais nos processos de promoção do desenvolvimento cognitivo e do conhecimento, e das ações sociais, ao “analfabetismo digital”, os desafios à educação vão além do uso das TIC nos processos educacionais. A grande questão que a cibercultura põe à educação, não é nem tanto a passagem do “presencial à distância”, do “escrito/oral à multimídia”, mas a transição de uma educação estritamente institucionalizadas (escola, universidade) para a troca de saberes, “o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerenciado, móvel e contextual das competências” (LÉVY, 1999).

Se a ID e o contato com as TIC são promovidos através de ações que valorizem a autonomia para qualificação cidadã e para uso contextualizado de acordo com necessidades e expectativas dos seus usuários, essas ações tornam-se mais efetivas, em termos de potencializar conformações sociais mais participativas e democráticas, permitir o debate social, dar voz aos diversos grupos, confrontando visões de mundo e assim plurificando as ações de poder e contrapoder.

A ID envolve pesquisas em diversas áreas e os trabalhos recomendam estudos para avaliação de ações e políticas desenvolvidas sobre o tema, já que, no Brasil, o processo de avaliação está incipiente, na academia e no governo (Corrêa, 2007; Mattos; Chagas, 2008; Medeiros Neto; Miranda, 2010; Rodrigues; Maculan, 2013). Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de doutoramento, interpretando aspectos referentes à política pública de ID no Brasil e a ações institucionais, desenvolvidas pelo Governo Federal (GF), Governo Estadual da Paraíba (GE), Governo Municipal de João Pessoa (GM) e IFPB, e buscando contribuir para a compreensão de relações entre ID, cidadania e inclusão social, principalmente sob perspectivas educacionais e de qualificação da sociedade em geral.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se formaliza enquanto processo de doutoramento na UFCG, desde 2014, e a partir de 2015, também como projetos de pesquisa e extensão no IFPB, envolvendo equipes multidisciplinares em Informática, Antropologia, Pedagogia e Jornalismo, compostas por docentes, técnicos e alunos, e parceiros externos, como comunidades e escolas públicas, provenientes de relações na extensão.

Para pensar alguns processos de ensino e aprendizagem para uso cidadão de TIC e inclusão social a partir dessas tecnologias, essa pesquisa foi até os portais do GF, GE e GM, na internet, para investigar a política pública de ID, e até espaços sociais no IFPB, para acompanhar as ações de educação digital e participar deles.

Em termos metodológicos, a pesquisa previu algumas atividades: revisão de conceitos teóricos; mapeamento da política pública de ID dos governos, entre 2007 e 2017; mapeamento de políticas institucionais e ações de ID ligadas a programas de extensão no IFPB, de 2007 a 2017; identificação de conexões entre as ações realizadas pelo GF, GE e GM; investigações de potenciais relações entre ações no IFPB e a política pública de ID; análise das contribuições dos processos de ensino e aprendizagem de TIC promovidos através das ações dos governos e do IFPB para a cidadania e a inclusão social.

A pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, buscando investigar e relacionar, entre outras variáveis, aquelas que observam processos de ensino-aprendizagem de TIC, ID, cidadania e inclusão social. Como procedimentos técnicos, realizou investigação nos portais do governo e estudo de caso no IFPB (para este, envolveu ações junto a formuladores, executores e “beneficiários” de ações de extensão no IFPB, preferencialmente tratados como “parceiros”), com base na etnografia, a partir de levantamento de dados, análise documental, bibliográfica e processual, e como instrumentos de coleta de dados, usou formulários, observação sistemática e diário de campo. Utilizou como fontes de dados, documentos (inclusive provenientes da internet), páginas web, além de dados de entrevistas, conversas formais ou informais e observação participante. A história oral foi utilizada nas entrevistas, registrando a experiência de indivíduos em ações de ID no IFPB. A abordagem foi quali-quantitativa, buscando definir indicadores de ID e ainda interpretar os dados colhidos, com base nas evidências contextuais. O campo empírico foi composto pelos governos e pelo IFPB; como lócus de pesquisa, mapearam-se os portais dos governos na internet, espaços da extensão no IFPB e em algumas instituições parceiras.

Para realizar as atividades previstas, a metodologia foi trabalhada em várias etapas: revisão conceitual (cidadania, inclusão; TIC, sociedade em rede, cibercultura); nos portais, coleta de dados sobre a política pública de ID (mais de 800 páginas web); no IFPB, levantamento da política de extensão, observação participante em dois programas de extensão, entrevistas com três monitores e dezessete alunos de cursos em programas de extensão, conversas formais e informais com seis monitores, onze técnicos administrativos, gestores e ex-gestores de extensão, vivência junto a parceiros (escolas e comunidades), contato com mais de cem representantes comunitários (em sua maioria, alunos em escolas públicas) envolvidos nas ações dos programas acompanhados; análise quali-quantitativa dos dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos nos portais de governo e no IFPB começaram em 2015. Nos portais, o discurso dos governos evidenciava a promoção da cidadania e a inclusão social, a construção de novos modelos de relações entre países, setores e grupos sociais, e a internet, como “essencial ao exercício da cidadania”. No IFPB, o paradigma de extensão propunha uma nova cultura institucional para relações e ações, e mudanças na práxis (Sousa; Medeiros, 2016): prática transdisciplinar e modelo recursivo de construção do conhecimento; aplicação da teoria das redes nas relações; reconhecimento do espaço multidimensional de relações; atenção ao território e às culturas, articulando saberes e práticas, fortalecendo o protagonismo das classes populares nas transformações sociais; respeito à horizontalidade, relação em que educador e educando ensinam e aprendem, são parceiros; prática do diálogo da leitura crítica do mundo.

Sobre ações, os portais mostraram o avanço da política pública de ID, o “crescimento econômico, aumento da produtividade, integração nacional e acima de tudo, inclusão digital e social da população”. Em termos de educação, a política nacional de ID, proposta pelo GF, relacionou-se com outras políticas, tendo alguns de seus programas ligados a escolas e outros espaços de qualificação. Nos espaços escolares, conforme comentado, sob alguns aspectos, em Rodrigues e Batista (2018), destacaram-se ações do Banda Larga nas Escolas (conectava escolas públicas à internet), Programa Um Computador por Aluno – Prouca (promovia a adoção de TDIC nas escolas públicas por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos) e ProInfo Integrado (promovia o uso pedagógico da informática na rede pública, articulando distribuição de equipamentos e capacitação de professores, técnicos, gestores e agentes educacionais). Nos espaços públicos de qualificação, destacaram-se os Telecentros (espaços de acesso público e gratuito, com computadores e internet, e que tinham como objetivo promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de ID, através de cursos e atividades, além de funcionarem como espaço de integração, cultura e lazer).

Como desdobramento das ações federais voltadas aos ambientes escolares, foram identificadas algumas iniciativas estaduais e municipais, desenvolvidas principalmente nas seguintes dimensões: debate com a sociedade para tomada de decisões sobre ações educacionais (que incluíam tecnologias) e/ou ID, implantação e funcionamento de escolas em tempo integral e suas oficinas em ID, implantação e desenvolvimento de programas educacionais com ações específicas em ID, informatização nas escolas públicas e implantação de banda larga nessas escolas, recebimento de tecnologias educacionais de empresas,

distribuição de notebooks/tablets entre professores e alunos da rede pública de ensino. A análise sobre as relações entre as propostas do GF, e as ações dos demais atores sociais de governo, GE e GM, evidenciou algumas perspectivas para cada um desses atores, e apresentou, como principais considerações:

- O GE valorizou a colaboração dos atores sociais nos processos de ID (nos ambientes escolares, destacou a importância de governos, empresas e educadores). O GM investiu em diversas perspectivas de ID na educação, implantando sistemas, adquirindo tecnologias, qualificando profissionais de educação (principalmente professores, enquanto beneficiários e agentes ativos nos processos de ID de outras pessoas), realizando esses processos de forma continuada, atualizando-os de acordo com exigências sociais e tecnológicas” de cada época.
- O GE apresentou um plano educacional multidimensional, valorizando a ID na perspectiva de eixos como cultura e a cidadania, o que potencializa os resultados de suas ações, já que dá sentido às TIC. O GM relacionou as linhas de trabalho na política pública de ID, visando melhorar o ensino público: os processos de capacitação refletiam sobre a aplicação pedagógica das TIC; a distribuição dos notebooks e tablets aos educadores recompensava as suas propostas pedagógicas a partir das TIC, e motivava novas propostas, imprescindíveis para a preparação de todos os envolvidos (tanto educadores como alunos) para a sociedade apoiada por TIC; recursos como a robótica “encantavam”, indo além da lógica dos aplicativos, concretizando as experiências virtuais de forma material e palpável.
- O GE levou as comunidades escolares e do entorno à gestão participativa das escolas, promovendo integração social e melhorias na educação através do envolvimento e do conhecimento comunitário sobre seus territórios. O GM envolveu essas comunidades em atividades realizadas nas escolas em turnos opostos e finais de semana, potencializando a apropriação dos seus espaços e a ampliação de sentimento de pertencimento para aqueles que viviam no entorno das escolas.
- GE e GM ofertaram oficinas nas escolas de tempo integral, destacando-se aquelas promovidas sobre temas como “cultura digital”, “inclusão digital” e “educomunicação”, como ações importantes para a ID. Nos processos que visam à aproximação entre escolas/comunidades e tecnologias, a educomunicação traz elementos motivacionais que estimulam seu uso em contextos próprios, a partir de conteúdos trabalhados em sala de aula, nas disciplinas escolares e/ou dos temas geradores locais.
- GE e GM desenvolveram ações de Educação à Distância (EAD), visando à ampliação do número de pessoas atendidas e à diversificação dos grupos sociais envolvidos nos processos de qualificação, que poderiam participar de acordo com seus contextos próprios.

- GE e GM realizaram eventos para debater a relação entre educação e TIC, valorizando a participação da sociedade em diversas etapas do ciclo das políticas públicas, inclusive na avaliação das ações, e ainda proporcionando o compartilhamento de conhecimento e experiências.
- Sobre os beneficiários das ações, a partir do que foi noticiado pelos governos, alguns resultados se destacaram: as novas relações entre os atores sociais (inclusive políticas) aproximaram Estado e sociedade e ampliaram o sentimento de inclusão; as TIC incentivaram mudanças nas práticas educativas dos professores e monitores, motivaram alunos para as aulas e melhores resultados em aprendizagem; as ações de ID nas escolas (principalmente naquelas de tempo integral) representaram mudanças nas vidas dos alunos e comunidades, estimulando a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento de novas práticas sociais.

Como desdobramento das ações federais voltadas aos Telecentros, foram identificadas algumas iniciativas estaduais e municipais, desenvolvidas principalmente nas seguintes dimensões: implantação, funcionamento e desenvolvimento desses espaços (chamados Núcleos de Inclusão Digital, no GE, e Estações Digitais, no GM), qualificação de beneficiários, avaliação dos espaços pelas equipes dos projetos e beneficiários. A análise sobre as relações entre as propostas do GF, e as ações do GE e GM, evidenciou algumas perspectivas para cada um desses atores, e apresentou, como principais considerações:

- O GE desenvolveu ações de ID específicas para grupos diferenciados (como idosos), o que sugeriu o respeito com relação a aspectos como expectativas, curva de aprendizado e uso cuidadoso e planejado do espaço público (o GE apresentou poucas notícias sobre essas ações).
- O GM colocou as Estações Digitais como equipamentos de destaques, enquanto desafios e conquistas. Nesses espaços, ações de ID se ligaram a programas que envolveram assistência social, saúde e lazer, entre outros, em alguns casos, coabitando os mesmos espaços sociais, como em praças, Centros de Referência da Cidadania, Centros de Referência da Juventude, o que sugeriu a aproximação entre a ID e as demais perspectivas da vida humana.
- No GM, as grades dos cursos foram atualizadas ao longo dos anos, o que sugeriu a preocupação com a “revisão” da ID, em termos de conceito, juntamente com novas perspectivas de inclusão. Alguns cursos tinham conteúdos trabalhados de forma diferenciada por faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos) e níveis (iniciais, intermediários ou avançados), estratégias importantes para a promoção da ID, uma vez que os processos de inclusão precisam levar em conta os indivíduos que se deseja incluir, e as suas respectivas ausências e demandas de inclusão. A partir de 2013, os novos conteúdos dos cursos evidenciaram a proposta de integração entre TIC e aspectos sociais, focando em áreas como

educomunicação e educidadania (essa mudança na grade envolveu parcerias entre o GF e os institutos federais).

- O GM capacitou os instrutores dos cursos, frequentemente, pois se preocupava com a prática pedagógica nas estações. Em 2013, os “monitores” passaram a ser chamados de “educadores sociodigitais”, e a capacitação desses agentes passou a ser realizada junto às comunidades e aos grupos sociais, com a preocupação em torno de uma inclusão que compreendesse e respeitasse a cultura e as especificidades desses espaços sociais.
- As avaliações das Estações Digitais foram periódicas, e sugeriram ter, como resultados, ações como qualificação dos monitores, ou proposição de novos cursos, para acompanhar o que vinha sendo discutido nos eventos de avaliação dessas estações, e algumas conexões com o que era decidido no Orçamento Democrático.
- Quanto aos beneficiários, as notícias do GM informaram a mudança de comportamentos nas comunidades, uma vez que as pessoas entraram em um “universo” que antes era quase totalmente desconhecido. Com as Estações Digitais em seus territórios, as atividades com as TIC passaram a tomar parte do tempo e dos interesses das pessoas, já que algumas iam “quase diariamente” às Estações para “pesquisar sobre assuntos diversos e acompanhar o noticiário”, questionar o que era divulgado pela mídia, buscar autodesenvolvimento e/ou vagas em trabalho, sendo a internet considerada “um meio muito eficiente para procurar emprego”.

Como forma de aproximar as análises nos portais do que foi vivenciado no estudo de caso no IFPB, alguns aspectos se evidenciaram:

- Entre 2007 e 2017, foram identificadas diversas parcerias entre o IFPB e cada um dos governos estadual e municipal (inclusive federal), para ações de qualificação, em várias áreas, inclusive ID, o que sugeriu relações entre essas instituições ao longo dos anos.
- O IFPB construiu ações de extensão para ID através de relações horizontais com comunidades e escolas, promovendo ciclos participativos para proposição, planejamento, implementação, monitoramento e retroalimentação dessas ações, baseado em decisões e ações participativas e democráticas. Em uma escola pública, esse trabalho foi considerado como “um caso de sucesso”, tanto em termos dos objetivos propostos para o uso de TIC e seus resultados, como em termos de relação com a comunidade, que deixou de ser beneficiária e passou a ser parceira nas ações. A gestão compartilhada das ações da extensão foi considerada particularmente importante, como forma de realizar processos educacionais próprios, efetivos. As mudanças que as tecnologias potencializam, a partir das possibilidades de integração, de comunicação entre os diversos atores sociais, tornaram esse cenário possível.

- O IFPB trabalhou a educomunicação, através de oficinas e trabalho de campo, levando professores, alunos e grupos sociais a usar as TIC em processos educacionais e/ou comunicativos de uso das TIC em contextos próprios, a partir dos temas geradores comunitários. Os resultados do trabalho na educomunicação e na ID em prol da promoção da cidadania e de inclusão social, sugeriram essas estratégias como fatores de sucesso no caminho para efetividade em processos de educação digital.
- GE, GM e IFPB evidenciaram a importância da ID para os processos de profissionalização, o que sugere uma ligação entre o conceito de cidadania e a sua realização através do trabalho. Entretanto, outras perspectivas também foram consideradas, como produção de conhecimentos, participação política, controle social, entre outros.
- Dados do GF, GE, GM e IFPB apresentam discursos da sociedade que informam: antes das ações de ID, a maioria das pessoas se sentia excluída; independentemente do que passaram a realizar a partir das TIC, o contato com tecnologias simbolizava aspectos de “inclusão” digital e/ou social, para a maioria delas.

## CONCLUSÕES

A ID se mostra como um tema multidimensional, em virtude das relações entre tecnologias e os diversos aspectos da vida humana, e, portanto, complexo e desafiador, diante de questões que envolvem atores diversos, em uma rede de ações que têm escopo mundial. Embora o discurso da ID seja voltado à inclusão de todos, as suas ações só são desenvolvidas onde chegam infraestrutura física e lógica, e é percebido o sentido de uso das tecnologias, quer seja para uso individual, quer seja para ações coletivas, ou seja, os processos de ID prescindem tanto de aparatos técnicos como de bases ideológicas e paradigmáticas.

No Brasil, alguns aspectos desenvolvidos pela política pública de ID sugeriram a valorização de premissas da cibercultura, pelos governos, entre elas: o amadurecimento na estrutura do governo para lidar com as premissas da sociedade da informação e propor ações que buscam se alinhar com esses pressupostos; as ações interdisciplinares sugeriram várias perspectivas de ID; a promoção de eventos com foco em qualificação e/ou compartilhamento de práticas de sucesso; a distribuição de recursos técnicos (como exemplo, computadores ou softwares), o esforço em qualificação e a multiplicação dos espaços de ID em espaços diferenciados, sugerindo a preocupação com a ID de todos.

Quanto ao IFPB, seu paradigma de extensão e a proposta da cibercultura estão alinhados nos principais pressupostos para ações sociais, a partir da desconstrução de modelos pré-formatados e do exercício de olhar com cuidado os territórios comunitários, embora nem

todos os extensionistas sigam essa linha de ação em seus projetos, sejam em ID ou em outros temas. O acompanhamento da extensão sugere que a ID deve contar com processos educacionais que promovam a competência informacional e a inteligência coletiva, imprescindíveis para a cidadania, a inclusão, os processos participativos e democráticos idealizados pela sociedade em rede.

A ID efetiva requer sentido, supõe políticas e ações provenientes de demandas próprias, executadas a partir de relações horizontais e de protagonismo comunitário nos ciclos das ações, que devem ser voltadas à qualificação técnica a partir de diversas perspectivas de cidadania.

Apesar de a pesquisa sugerir que as ações e os processos de ID caminham no sentido de refinar a busca pela promoção da cidadania e da inclusão social, alguns problemas foram percebidos, na perspectiva das ações em escolas e centros públicos de qualificação.

O primeiro deles diz respeito à percepção de que assim como em alguns espaços de extensão no IFPB, discursos do governo e das pessoas, referentes aos processos de qualificação (principalmente voltados à população “carente”) relacionaram a cidadania ao mercado de trabalho, e, em alguns casos, pareceu que o certificado do curso “por si só” seria o recurso necessário para conseguir um emprego ou manter-se em um posto de trabalho. Sobre os cursos, a informática é um tema que parece constranger as pessoas que “não sabem mexer na máquina” (principalmente os idosos e pessoas de baixa renda, estas caso já se sintam “inferiores” desde a sua condição econômica, o que potencializa o constrangimento por não “saber lidar com TIC”). Quando essas pessoas são colocadas junto a outras que “dominam as TIC”, elas se sentem bloqueadas a “experimentar para aprender”, o que é um pré-requisito para desenvolvimento das habilidades técnicas. No IFPB, alguns alunos (principalmente idosos) se matricularam várias vezes no mesmo curso, pois ou desistiam do curso no meio do caminho, ou no final, “já que não tinham aprendido” e não queriam fazer as provas sem ter aquele conhecimento.

Ter a percepção desses entraves nos processos de desenvolvimento de habilidades de TIC é algo muito importante para a efetividade das ações, e oferecer novas possibilidades de estruturação dos cursos, de acordo com demandas próprias, pode ser uma boa resposta a esses problemas. Durante o trabalho de campo, o IFPB não ofertou nenhuma turma exclusivamente de idosos (embora tenha recebido os relatos sobre esse problema a partir das entrevistas com alguns idosos ou pessoas que se sentiam inferiorizadas pelo desconhecimento das TIC).

Referente às dificuldades da pesquisa, o trabalho nos portais de governo foi complexo, pois as ações de ID se capilarizaram, penetrando espaços e sendo penetradas por

várias outras políticas públicas. Quanto às ações do IFPB, supostas divergências entre GE e GM e ausência ou insuficiência da política de ID limitaram ações dos programas de extensão em territórios comunitários e escolas públicas. Outras dificuldades foram os cortes financeiros sofridos pelo IFPB, que inviabilizaram ações junto a parceiros sociais, e o desgaste nas relações entre pesquisadores e representantes dos programas e projetos acompanhados, a partir das intervenções derivadas dos dados da pesquisa. Como trabalhos futuros, novas análises sobre os dados serão realizadas.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (2015) Tribunal de Contas da União. Política pública de inclusão digital / Tribunal de Contas da União. - Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecom.
- Castells, M. (2000) A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Corrêa, R.A.A. (2007) Construção Social dos Programas Públicos de Inclusão Digital. Brasília: Universidade de Brasília. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- Giddens, A. (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp.
- Latour, B. (2011) Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist. International Journal of Communication.
- Lévy, P. (1999) Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34.
- Martino, L.M.S. (2015) Teoria das Mídias Digitais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mattos, F.A.M.; Chagas, G.J.N. (2008) Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 67-94, jan.-abr.
- Medeiros Neto, B.; Miranda, A.L.C. (2010) Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. Universidade de Brasília. Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun.
- Rodrigues, A.V.; Maculan, A. M. D. (2013) Indicadores de Inclusão Digital. TIC Domicílios e Empresas 2012. São Paulo: CETIC.BR.
- Rodrigues, N.N.; Batista, M.R.R (2017a). Cibercultura e redes institucionais: a busca da efetividade na inclusão através da educação digital cidadã. Conferência Internacional sobre Informática na Educação, Fortaleza.
- Rodrigues, N.N.; Batista, M.R.R (2017b). Educação para Inclusão Digital: Relações entre Contextos, Ações e Políticas Públicas. Congresso Nacional de Educação, João Pessoa.
- Rodrigues, N.N.; Batista, M.R.R (2018). Ações e Políticas Públicas de Inclusão Digital: do global ao local, através de conceitos e processos educacionais. Workshop de Informática na Escola, Fortaleza. No prelo.
- Rodrigues, N.N. et al. (2011) Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Terceira Idade. Workshop de Informática na Escola, Aracajú.
- Sousa, B.A.; Medeiros, V.M. (2016) Rede rizoma: movimento de extensão no IFPB. João Pessoa, PB: IFPB.